

CONSENSO, ANACRONISMO E VIOLÊNCIA: a historiografia brasileira sobre a escravidão¹

Miguel Pacífico Filho
Doutor em História – Unesp / Assis
Universidade Federal do Tocantins (*Campus Araguaína*)

RESUMO: Estruturamos este artigo sobre quatro momentos distintos. No primeiro deles delimitamos a historiografia brasileira sobre a escravidão a partir do confronto de duas percepções baseadas na formulação do consenso ou da violência como base constituinte das relações entre senhores e escravos. No segundo demonstramos como esses debates se fundamentaram sob argumentos de anacronismo. No terceiro expusemos discussões pontuais nas quais esses debates extrapolam os limites da academia. No quarto e último momento situamos nosso trabalho de doutoramento no interior dessas discussões.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão, anacronismo, historiografia.

ABSTRACT: The article is structured about four different moments. In the first of them we will delimit cutting of the Brazilian historiography on the slavery starting from the confrontation of two perceptions based on the formulation of the consent or of the violence as constituent base of the relationships between gentlemen and slaves. In the second moment we will demonstrate as those debates they were based under arguments of anachronism. In the third we will make exhibition of punctual moments us which those debates extrapolate the limits of the academy. In the room and last moment we will place our doutoramento work inside those discussions.

KEY-WORDS: slavery, anachronism, historiography.

Um diálogo com a historiografia brasileira sobre a escravidão, é este o tema que desenvolvemos ao longo deste artigo. Ainda que se estabeleça primordialmente com um determinado viés, aquele que contempla a relação senhor/escravo, podemos dizer que nosso objetivo é o escravo dentro da produção historiográfica brasileira. Evidentemente não

¹ Trabalho desenvolvido com apoio financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo).

temos a pretensão de desenvolver uma exaustiva revisão do tratamento teórico dispensado ao tema. Objetivamos discutir a inserção de nosso trabalho² dentro de um conjunto de pesquisas acerca da escravidão; demonstrar como, em determinados momentos, partes dessa historiografia extrapolaram os limites da academia e verificar um conceito que permeou pontos específicos dos debates: o anacronismo.

Um sem número de autores desenvolveu propostas cujo enfoque primordial recai nas diversas possibilidades de estudo abertas pelo convívio entre senhores e escravos na América portuguesa. Não podemos deixar de mencionar obra desencadeadora de uma série de debates a respeito do assunto. José Carlos Reis assim a define:

Casa Grande e Senzala é talvez mais importante pelo intenso debate que provocou em torno do passado, presente e futuro do Brasil, do que o que afirmou e elogiou. Os que combatem Freyre só fazem revelar todo o vigor da sua análise do Brasil. Nenhum desses seus combatentes, marxistas ou padres, teriam coragem de lançar, hoje, sua obra no fundo de uma gaveta. Sua obra é inesquecível, seminal, paradigmática, apesar de inimitável. É um modelo de eficiência, abrangência e competência na abordagem da sociedade brasileira. A historiografia norte-americana sobre a escravidão parte de Freyre; a historiografia brasileira sobre a escravidão também tem como referência Casa Grande e Senzala (REIS, 1998: 36).

Ainda segundo Reis, Freyre descobriu junto com os franceses dos *Annales* a história do cotidiano, a história das mentalidades coletivas e a renovação das fontes da pesquisa histórica: receitas culinárias, livros de etiquetas, fotografias, festas, relatos de viajantes estrangeiros, autobiografias, confissões individuais, diários íntimos, lendas, folclores, periódicos bem como a documentação institucional, oficial, estatal. (REIS, 1998). Oposição sistemática aos pressupostos e teses de Gilberto Freire foi realizada durante os anos 50 e 60, enfocando a violência presente nas relações entre senhores e escravos³.

Dentro desse conjunto sobre a historiografia brasileira a respeito da escravidão, estabelecemos inicialmente discussão com duas abordagens que se diferenciam em sua constituição, quer por suas concepções teóricas, quer por seu momento histórico de construção. Separados por pouco mais de uma década, os textos de Jacob Gorender (1988) e Stuart Schwartz (2001) apresentam significativas diferenças, debatem entre si, bem como abrem discussão com outros autores. Dialogamos com essas concepções, situando em

² PACIFICO FILHO, Miguel. *Práticas sociais dos homens negros nas Minas Gerais da América portuguesa*. 2004. 239p. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista-Campus Assis, São Paulo.

³ No Brasil são representativas deste posicionamento teórico as seguintes obras: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. In: *Anhembi*, nº 10, p. 433-90, 1953/ n 11, p. 14-69, 242-77. BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958.

seu interior nossa pesquisa e acrescentando a elas itens que, segundo nosso entendimento, contribuiriam para solidificar determinados trabalhos que atualmente recebem status de referencia dentro da historiografia brasileira sobre a escravidão.

Jacob Gorender questiona a tendência de grande parte dos estudos sobre a escravidão produzidos nos anos 80 e 90, tecendo sobre esta os seguintes comentários:

mas se a historiografia brasileira pretensamente nova quis recuperar a subjetividade autônoma do escravo, não o fez para destacar as reações anti-sistêmicas, como os levantes, quilombos, atentados e fugas. Ao contrário, subiram ao primeiro plano as estratégias (sic) cotidianas e suaves de acomodação do escravo ao sistema escravocrata. Recuperou-se a subjetividade do escravo para fazê-lo agente voluntário da reconciliação com a escravidão (GORENDER, 1988: 20).

O binômio resistência/acomodação, já bastante utilizado quando da publicação do texto de Gorender encontra, no ano de 1989, um de seus grandes expoentes através dos textos de Eduardo Silva e João José Reis (1989) cujo título emblemático de um dos capítulos, “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia” nos dá a exata noção daquilo que Jacob Gorender (1988) incisivamente questiona. A considerável massa populacional que se transferiu forçadamente da África para a colônia portuguesa não pode ser interpretada exclusivamente como “força de trabalho” e, por isso, muitos historiadores, hoje, procuram detectar os caminhos, nem sempre óbvios, através dos quais os escravos fizeram história. A longa experiência colonial, sobre as formas básicas de relacionamento tem sido sintetizada em uma dicotomia que permanece extremamente sólida em nossa mentalidade coletiva. De um lado, Zumbi dos Palmares, a ira sagrada, o treme-terra; de outro, Pai João, a submissão conformada. Um outro campo de reflexão pode ser encontrado, ainda, em certos padrões de relacionamento, de negociação, que aparecem desde os primeiros tempos e que não podem ser explicados apenas pela via do paternalismo, mas que são, em boa medida, forçados pelos próprios escravos (SILVA, 1989:13).

Voltemos a Gorender, demonstrando como, num primeiro momento, se estabelece o debate com Stuart Schwartz (2001) e, posteriormente, com Silvia Hunold Lara (1992), o que ocasiona dentro dessa segunda discussão a utilização do conceito de anacronismo na defesa dos argumentos levantados pelos autores. De acordo com Gorender:

possivelmente foi Stuart Schwartz o primeiro a utilizar o binômio aplicado ao Brasil. Porém o fez na pesquisa de um episódio em que houve resistência dos escravos, mas o final, em absoluto, não foi de acomodação. Bem pelo contrário, os escravos sofreram derrota completa e não consta que tivessem atendida nenhuma de suas

reivindicações. A fórmula resistência e acomodação é injustificável no episódio do Engenho Santana como o é para muitos outros aos quais foi aplicada a granel (GORENDER, 1988: 23).

Jacob Gorender (1988) argumenta com Sílvia Hunold Lara (1992), utilizando a seguinte proposição: o objetivo mais ambicioso de Sílvia Lara é o de negar que sequer houve violência no escravismo colonial. Componente do governo econômico dos senhores, o castigo físico, medido e moderado, era aceito pelos próprios escravos como justo. Prossegue Gorender:

tão fantasiosas conclusões se apóiam em paupérima evidência empírica, resumida a processos judiciais em Campos dos Goitacazes, no período 1750-1808, alguns deles movidos por escravos contra senhores. Escravos e libertos reclamavam contra o não cumprimento de cláusulas legais e lesão a seus direitos. Faziam menção ao sofrimento de castigo cruel e injusto, o que se acoplaria à aprovação do castigo adequado e também justo – a alegação tão comum do mau cativo implicaria o pressuposto de um bom cativo (GORENDER, 1988: 23).

Diversos outros autores são objetos das análises de Jacob Gorender. Kátia Mattoso (1982) e João José Reis (1989) para citarmos apenas alguns deles. Autores que realizaram estudos verticais sobre a escravidão colonial brasileira. Mencionar as críticas a cada uma dessas obras acarretaria num detalhamento demasiadamente minucioso da historiografia brasileira sobre a escravidão. Podemos dizer que não é esse nosso objetivo, o que nos leva a destacar dentre os muitos argumentos utilizados por Jacob Gorender, aquele que, segundo este autor, se aplicaria a todo um conjunto de trabalhos sobre a escravidão colonial brasileira produzido durante os anos 80 e 90. Novamente recorreremos a Gorender:

vem a propósito indagar se o falatório tumultuoso destes anos recentes sobre a escravidão benemerente, paternal, legalista, com negociações pacíficas, acordo sistêmico e paz social entre classes antagônicas, não é ideologia reacionária travestida de historiografia moderníssima do ponto de vista metodológico (GORENDER, 1988: 43).

O contra-argumento de Sílvia Lara (1992) apóia-se no entendimento de que é utilizado o anacronismo para criticar sua obra. Este anacronismo diz respeito ao uso do termo violência. Segundo a autora, Gorender não conseguiria entender seu posicionamento contra o uso do termo “violência” para qualificar as relações entre senhores e escravos. O que estaria em pauta seria uma maneira de se compreender a percepção acerca da violência que indivíduos pertencentes a outro tempo e, portanto, permeados por uma outra

lógica interpretativa teriam construído. A percepção da autora sobre o episódio do Engenho Santana é bastante ilustrativa da questão, já que conclui que o castigo físico dos escravos não chegou a ser contestado nas diversas instâncias sociais. Foram vários os argumentos contra os excessos envolvidos em sua prática, no entanto sua abolição jamais foi proposta.

Ainda segundo a autora se a Coroa, a Igreja, os senhores e os escravos não contestaram o castigo, cada um deles tinha sua própria leitura sobre sua função e delimitações. A Coroa tinha como propósito o cerceamento dos abusos a fim de não perder o controle do poder na Colônia. Os senhores não estavam propensos a por em risco suas propriedades e os escravos aceitaram o castigo como algo que compunha a educação. Apesar das diversas leituras e interpretações, o castigo era percebido como algo perfeitamente natural. Uma naturalidade que também ela foi essencial à continuidade do escravismo, à reprodução da relação senhor-escravo (LARA, 1992: 72).

Jacob Gorender, trazendo para as discussões o termo anacronismo afirma:

se a historiadora se recusa a utilizar o termo – e se recusaria a fazê-lo pelas implicações políticas e pelo profundo anacronismo que ele contém – automaticamente estaria afirmando que a escravidão teria sido suave, doce, terna: um sofisma igual ao que os escravistas teriam se utilizado contra os abolicionistas (GORENDER, 1988: 225).

Por sua vez, Silvia Lara acredita que adjetivar a escravidão como violenta, acentuando uma idéia de violência abstrata, é um procedimento incapaz de identificar e de diferenciar a escravidão do mundo atual.

A denúncia de utilização de anacronismo nas críticas a sua obra é objetivo claro nas declarações de Silvia Lara, para quem a capacidade de lidar com a diferença é algo essencial para um historiador: é o único caminho para se evitar o anacronismo. A autora se coloca numa determinada situação para exemplificar suas idéias:

para mim, cidadã do século XX uma única chicotada constituiria uma violência inaceitável. Mas é preciso compreender como homens e mulheres de outros tempos puderam imaginar que quatrocentas chicotadas dadas em dez dias alternados eram mais humanas e moderadas que quatrocentas dadas de uma vez só (LARA, 1992:227).

Sobre os limites de se avaliar a escravidão sob o ponto de vista estritamente da violência, a autora sugere que este debate a respeito da moderação ou crueldade do castigo dos escravos está revestido de uma grande complexidade e tem muitas facetas. A mesma Coroa que tentava limitar a crueldade dos senhores, através de Cartas Régias,

estipulava que qualquer escravo achado com uma faca teria como pena cem açoites dados. Como podemos decidir quem é cruel, quem é moderado? O que é ser violento, nesse contexto?

O debate está na forma de se empregar o termo “violência” e as conseqüências deste emprego. Para um dos historiadores, Silvia Lara, entender o regime escravista no Brasil sob o ponto de vista estritamente da violência constitui-se num reducionismo ou mesmo um anacronismo, uma vez que homens e mulheres daquele período não tinham a mesma concepção acerca da violência que hoje nós temos. Para outro, Jacob Gorender, dizer que se pode considerar algum tipo de castigo físico e, conseqüentemente, o regime escravista como justo levaria a uma interpretação de que poderia haver a reabilitação da escravidão.

Partindo de percepções construídas ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho de pesquisa acreditamos que a população negra na colônia nem sempre teve a sua disposição os mecanismos de barganha social para posicionar-se radicalmente contra esta ou aquela imposição do regime escravista. O jogo se fez sempre necessário na busca por determinados momentos mais propícios à ação, individualizada ou coletiva. Ceder e reunir forças para, em ocasião futura, investir contra uma rede de dominação que por suas próprias fissuras internas, possibilitaria o trânsito furtivo em suas entrelinhas. Sendo assim, os cativos deveriam jogar permanentemente, procurando ganhos circunstanciais.

Ora, não seriam as fugas, consideradas como ato incontestável de resistência física direta, uma forma de se obter ganhos parciais, de se negociar cotidianamente com a sociedade maneiras de permanência na condição de fugido, considerando-se que a possibilidade de recaptura era uma constante? Optamos pela busca constante da voz dos homens negros através de suas práticas sociais, estejam eles aparentemente acomodados nas senzalas negociando com seus senhores melhores condições de vida ou assistindo, também aparentemente acomodados, suas gerações de descendentes amargarem condições de vida extremamente precárias nos subúrbios das cidades brasileiras.

O cerne da questão reside na utilização, por parte dos autores, de noções não pertencentes ao tempo por eles trabalhado, noções diretamente ligadas à relação tempo x história. Dois motivos nos levam a essa questão. O primeiro marca discussões que transpuseram os limites do espaço acadêmico, fazendo-se presente em suplementos literários de grandes veículos da mídia impressa nacional; especificamente através de dois textos. O artigo de autoria de Sidney Chalhoub com o título “Gorender põe etiqueta nos historiadores”, publicado no caderno Letras, do Jornal Folha de São Paulo, no dia

24/11/1990 e uma entrevista concedida por João Fragoso Ribeiro à *Folha Ilustrada* em 13/02/2006.

O segundo motivo se faz presente ao observarmos que ao longo das duas décadas seguintes ao debate inicialmente proposto por Gorender, pesquisadores do assunto ainda se valem, em determinados momentos de seus trabalhos, da comparação entre duas realidades pertencentes a contextos históricos diferentes ou mesmo de posicionamentos baseados em ferrenhas críticas a uma ou outra vertente teórica. Exemplos pontuais podem ser encontrados nos textos de Marcos Magalhães Aguiar (1999), João Fragoso Ribeiro (2006) e Mario Maestri (2009) cujos trabalhos citados a seguir encontram-se distanciados da origem daqueles debates por mais de uma década, demonstrando a relevância das discussões para a compreensão de tais questões. Segundo Aguiar assim poderia se perceber a relação entre os homens negros e as Irmandades religiosas que se estruturaram no setecentos mineiro:

neste contexto, é pouco provável que as irmandades de Vila Rica fossem procuradas por seus serviços assistenciais, de resto bastante irregulares e seletivos, não permitindo raciocínio, por parte dos confrades, do tipo custo/benefício, tão comum nos planos assistenciais modernos (AGUIAR, 1999: 202).

Uma década depois, Mario Maestri Filho apresentaria no XXV Simpósio Nacional de História, em julho de 2009, os seguintes argumentos entre os quais consta referência à entrevista concedida por João Fragoso ao jornal *Folha de São Paulo*:

nos anos 1980, com a avassaladora maré neoliberal, o refluxo social dominou todos os domínios do mundo social – político, econômico, social, cultural, ideológico, etc. As ciências sociais foram fortemente determinadas por esse processo. Influenciado pela historiografia estadunidense, retomando não raro narrativas escravistas, processo historiográfico revisionista abandonou o estudo do trabalho e da resistência na escravidão para centrar-se na pesquisa das alforrias, compadrios, “ações de liberdade”, “famílias escravas”, “histórias de vida”, etc., em clara busca de reconstrução da escravidão, de sociedade conflituosa em sociedade consensual, ainda que desequilibrada (...)em entrevista à *Folha Ilustrada*, de 13/02/2006, o historiador João Fragoso propôs sem papas na língua o interesse dos cativos na manutenção da escravidão. “Esses senhores da terra [proprietários rurais no Brasil tinham que ter legitimidade social, tinham que ter apoio da sociedade, e esse apoio vinha principalmente dos escravos. Se eles achassem que esses senhores não eram de nada, acabou. Não seriam mais senhores.” Para o historiador, os cativos faziam parte da sociedade da época e o “braço armado” dos “senhores” eram, portanto, seus próprios “escravos armados”. (MAESTRI, 2009:24)

Dessa forma, acreditamos ser necessário observar, ainda que de maneira bastante breve, exercícios teóricos que nos permitam um maior embasamento para compreender questões ligadas ao anacronismo. Recorreremos a determinada referência que poderia ser compreendida como mediadora das reflexões ora trabalhadas, fornecendo importante instrumental para lidarmos com a questão da relação entre diferentes tempos históricos. De acordo com Nicole Loraux assim podemos perceber questões ligadas ao anacronismo:

o anacronismo é o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método, do qual basta apenas o nome para constituir uma acusação infamante, a acusação – em suma – de não ser um historiador, já que se maneja o tempo e os tempos de maneira errônea. Assim o historiador em geral evita cuidadosamente importar noções que sua época de referência supostamente não conheceu, e evita mais ainda proceder a comparações – por princípio indevidas – entre duas conjunturas separadas por séculos (LORAUX, 1992:57).

Mencionamos a possibilidade do caráter mediador entre o passado e o presente, na medida em que se observa, segundo a autora em questão, determinadas vias de utilização do anacronismo. Novamente Loraux:

nem tudo é possível absolutamente quando se aplicam ao passado questões do presente, mas se pode pelo menos experimentar tudo, com a condição de estar a todo momento consciente do ângulo de ataque e do objeto visado. A verdade é que, ao trabalhar em regime de anacronismo, há ainda mais a tirar da caminhada que consiste em voltar para o presente, com o lastro de problemas antigos (LORAUX, 1992: 64).

Vimos a recomendação para a utilização do anacronismo, o que nos fornece ferramentas mais eficazes para a compreensão de determinados aspectos dos debates apresentados até aqui. Nesse ponto, avançamos para um outro momento da discussão.

Passamos a demonstrar um segundo texto da historiografia brasileira a respeito da escravidão. Trata-se do texto de Stuart B Schwartz (2001), particularmente o capítulo denominado “A historiografia recente da escravidão brasileira”. Segundo o autor,

este capítulo está dividido, então, em duas partes distintas: a primeira é uma recapitulação do trabalho feito até o grande surto de publicações sobre a escravidão em 1988 e a segunda é um pequeno resumo de algumas das principais publicações que surgiram a partir daquele ano. Nenhuma das duas partes pretende ser exaustiva. Meu objetivo foi oferecer uma descrição e uma análise das tendências na historiografia e não uma lista completa de autores e publicações (SCHWARTZ, 2001:22).

Reafirmamos o direcionamento pretendido através da demonstração de duas revisões da historiografia brasileira sobre a escravidão, O objetivo é oferecer uma descrição e uma análise de suas tendências mais recentes, Schwartz nos proporciona uma contextualização que permite não só posicionar nosso trabalho dentro desse contexto, como também dialogar com possíveis argumentações que possuam diferentes enfoques teóricos e metodológicos.

Sobre a pesquisa da escravidão após o centenário da abolição, Schwartz diz:

apesar da acusação de Jacob Gorender de que a ênfase nos escravos como agentes históricos seja proveniente de um desejo de alguns acadêmicos de amenizar a imagem da escravidão, sua tentativa de desacreditar tal linha de investigação não teve êxito. Os historiadores continuaram a procura do agente escravo e da voz escrava (SCHWARTZ, 2001: 48, 49).

Dentre os tópicos que permeiam essa recente historiografia, Schwartz enumera quatro. Primeiro: a formação de quilombos por ser o contexto em que a iniciativa dos escravos é mais óbvia, continua a interessar os historiadores. Como exemplo, temos o livro intitulado “Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil”, de autoria de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996). Segundo: um uso cada vez maior de registros judiciais que demonstram como se aplicava a lei, tanto para controlar os escravos e fortalecer a escravatura, quanto para demonstrar como os escravos conseguiam recorrer a meios jurídicos para compensar determinados danos sofridos com a escravidão. Terceiro: como os escravos procuravam obter liberdade e como, depois de libertos, conseguiam participar da sociedade colonial ou nacional, são questões que fundamentam estudos acerca das alforrias e de uma de suas formas específicas, conhecida como coartação. Exemplos desse enfoque podem ser encontrados nos trabalhos de Manolo Garcia Florentino (2002) e Eduardo França Paiva (1995). Quarto: a família escrava foi tema que gerou grande interesse e registrou significativo avanço em termos de conhecimento, verificando-se um questionamento da caracterização anterior dos escravos como promíscuos e de suas uniões como instáveis. O principal argumento é o de que a capacidade dos escravos de constituir família, dentro do sacramento do casamento ou fora dele, proporcionava certa sensação de estabilidade social e paz.

A respeito do recorte geográfico que estabelecemos para nosso trabalho de doutoramento, podemos dizer que algumas pesquisas que tem como foco a região de Minas Gerais também são demonstradas por Schwartz. Diz o autor:

a disponibilidade de grandes conjuntos de registros e de recenseamentos e de outros dados quantificáveis foi um grande progresso no estudo do centro-sul e do sul do Brasil. As obras de Klein, Paiva, Klein e Vidal Luna, colocaram o sistema de escravos e sua operação em Minas Gerais e São Paulo entre os mais pormenorizadamente estudados (...) certas regiões de Minas Gerais passaram por uma explosão nos estudos sociais, econômicos e culturais, no qual a escravidão tem papel principal. O trabalho de Luciano Figueiredo sobre as mulheres na vida urbana dessa região, de Paiva e Bergard sobre Sabará são simplesmente exemplos regionais de uma historiografia da escravidão que se torna mais complexa e mais profunda (SCHWARTZ, 2001:55-56).

A abordagem dos pressupostos desenvolvidos por Stuart Schwartz nos abre a possibilidade de verificar a contribuição da historiografia norte-americana para a história do Brasil, particularmente o período referente à colônia⁴. Nossa análise se restringirá à observação da criação de alguns periódicos norte-americanos que possibilitaram um estreitamento das relações entre historiadores daquele país e do Brasil. O primeiro ponto a se salientar foi a criação nos Estados Unidos, por volta da segunda metade dos anos 40 e princípios dos anos 50, de periódicos cuja linha editorial abria espaço para a publicação de trabalhos referentes à história do Brasil colonial. Assim, às já existentes *Hispanic American Historical Review* e *Mid-America*, cujas primeiras edições ocorreram no ano de 1918 juntaram-se algumas outras publicações como *The Américas* em 1944, *Inter-American Review of Bibliography* em 1951, *Journal of Inter-American Studies and World Affairs* em 1959, *Luso-Brazilian Review* em 1964 e *Latin American Research Review* em 1965.

Abordagens de cunho quantitativo possibilitaram o desenvolvimento de estudos sobre atividades comerciais envolvendo compra e venda de escravos e aspectos inerentes à população de origem africana e sua vida na América portuguesa. Trabalhos estatísticos fundamentaram pesquisas relativas ao comércio de escravos, tanto no interior da colônia portuguesa quanto entre a América e a África⁵.

Mais especificamente relacionadas ao nosso tema de pesquisa, podemos dizer que as contribuições norte-americanas à historiografia brasileira se observaram predominantemente na área da história social. Sobre as populações de origem africana, os debates centraram-se em torno das particularidades da relação entre senhores e escravos: teriam sido rigorosas ou brandas essas relações?, Esta seria a questão central. Lembremos que tais perspectivas sempre se estruturaram com o objetivo de comparação em relação a

⁴ Para uma minuciosa reconstituição de toda a relação da historiografia norte americana e a história do Brasil ver: RUSSELL-WOOD. A J R. A contribuição acadêmica norte-americana à historiografia do Brasil colonial. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n° 22, 2000, p. 7-41.

⁵ São representativas destes trabalhos as seguintes obras: STANLEY Engerman & GENOVESE, Eugene eds. *Race and slavery in the Western Hemisphere: qualitative Studies*. Princeton, 1975. CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison, 1969.

outras áreas coloniais das Américas. No ano de 1947, Frank Tannenbaum, sob forte inspiração de Gilberto Freyre, publicou nos Estados Unidos *Slave and Citizen* e igualmente despertou entre os historiadores daquele país, debates acirrados sobre as relações senhor-escravo.

Algumas décadas mais tarde, durante a segunda metade dos anos 70, Donald Ramos analisou a demografia da região de Minas Gerais no período compreendido entre os últimos decênios do século XVIII e o século XIX. Suas pesquisas trouxeram à luz dados que possibilitaram uma reinterpretação sobre a dinâmica populacional da região mineradora⁶.

Então, realizada uma exposição de duas diferentes abordagens da historiografia brasileira sobre a escravidão e demonstradas algumas particularidades da relação historiografia brasileira-historiografia norte americana, cabe a nós fazermos a seguinte pergunta: dentro de um vasto campo de pesquisa, qual seria a orientação do nosso trabalho, em função de sua delimitação temática? Certamente diríamos que nos situamos entre aqueles que, segundo Schwartz, continuaram a procura do agente escravo e da voz escrava. Assim, para atingir nossos objetivos nos apoiamos em sólidas bases, tanto em termos de instrumentais teóricos, quanto em um corpo significativo de registros históricos que permitiram responder nossas indagações.

Como instrumental teórico, utilizamos inicialmente as propostas de Michel de Certeau que considera a interpretação de determinadas atitudes cotidianas como sendo a construção de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos (Certeau, 1996: 40). Ainda Certeau:

supõe que à maneira dos povos indígenas os usuários façam uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras. Desta atividade de formigas é mister descobrir os procedimentos, as bases, os efeitos, as possibilidades (CERTEAU, 1996:40).

Cabe dizer que a proposta apresentada por Michel de Certeau foi o instrumento utilizado em nosso trabalho de doutoramento cujo tema principal, as práticas sociais dos homens negros, procurou compreender como a busca de pequenos benefícios no cotidiano representava para aqueles cativos melhores condições de vida.

⁶ Os dados podem ser obtidos nos seguintes trabalhos: RAMOS, Donald. Marriage and the family in colonial Vila Rica. *Hispanic American Historical Review*, nº 55, (Maio de 75), pp. 200-225; Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center. *The Americas*, nº 35 (Abril 79), pp 495-526; City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. *Journal of Family History*. (1978). pp.361-375.

A respeito dessas práticas sociais dos homens negros, várias indagações podem ser feitas. Quais as táticas postas em prática? As fugas, muitas vezes compreendidas como um enfrentamento aberto ao sistema, não poderiam também ser entendidas como uma das formas utilizadas pelos escravos para, de maneira sutil, extrair benefícios da sociedade escravista? E ao observarmos as fugas de escravos devemos igualmente perceber os mecanismos desenvolvidos pela administração colonial para lidar com tais ocorrências. Os capitães do mato, a estruturação e dinâmica de funcionamento das expedições responsáveis pelo combate aos cativos em fuga, foram mecanismos devidamente reconhecidos e regulamentados pela Coroa portuguesa e, por isso, podem ser entendidos como parte da rede de vigilância sobre a qual estamos nos debruçando. Retomemos, então, Certeau:

se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação socio-política (CERTEAU, 1996: 41).

Pequenos e sutis procedimentos no cotidiano dos cativos, práticas sociais, tentativas de reverter ainda que momentaneamente as agruras do cativo; é o que buscamos observar durante todo o desenvolvimento de nosso trabalho nos arquivos percorridos, situando-nos entre aqueles que continuam a busca pelo agente escravo, pela voz escrava. Fundamentamos nossas discussões a partir de variados aspectos da vida cotidiana dos homens negros, de suas práticas sociais. Tomamos como referencial para discussão a respeito do cotidiano Agnes Heller ao dizer que este pode ser interpretado como:

o dia-a-dia do indivíduo sendo abordado como dotado de caráter heterogêneo e hierarquizado, estando sempre em acordo com a estrutura sócio-econômica na qual o indivíduo está inserido. Este mesmo indivíduo sendo visto ao mesmo tempo sempre como um ser particular e genérico” (HELLER, 1985: 18-19).

Também como parte de nossas referências para a abordagem do cotidiano utilizamos a interpretação de Michel Maffesoli: “é nesse sentido que o cotidiano deve ser compreendido como laboratório alquímico das minúsculas criações que pontuam a vida cotidiana, como lugar de “recriação de si” e da manutenção da identidade que permite a resistência”. (MAFFESOLI, 2001: 18).

Obtivemos nos arquivos textos contendo indícios que possibilitaram observar algumas dessas práticas sociais, já que demonstram a presença de escravos em fuga no interior do espaço urbano. Percebemos que determinados estabelecimentos comerciais das Minas Gerais setecentista estruturaram relações de compra e venda com os cativos em fuga, adquirindo-lhes os furtos e vendendo-lhes "*o que querem os mesmos negros*"⁷. Notamos que tais relações ocorreram em momentos nos quais a possibilidade de alcance dos mecanismos de fiscalização estivessem reduzidos, ou seja, "*as horas de terem as mesmas vendas e tavernas fixadas*"⁸, o que permite inferir sobre uma rede de abastecimento de produtos para escravos em fuga que se construía dentro das próprias vilas. Observamos também os cativos consumindo "*agoa ardente da terra*"⁹ claramente de maneira proibida, o que provocava danos ao regime escravista, pois tal produto prejudicava a produtividade daquele cativo. Diz o documento:

...e porque me consta que os vendeiros e taverneiros são os que amparão os mesmos calhambolas e mais escravos de forma que as horas de terem as /mesmas vendas e tavernas fixadas os recolhem em suas cazas para lhes comprarem os furtos e lhes venderem o que querem os mesmos negros ainda que seja polvora e xumbo. Ordeno que nenhum dos referidos o possa assim executar e que as Justiças, Capitães mores e Commandantes dos districtos tendo suspeita por sy ou por denuncia que lhes fação de que estam recolhidos os ditos neGros nas referidas cazas os mandem abrir a qualquer tempo, predendoos e aos ditos vendeiros, impondo se lhes as penas que corresponderem a gravidade dos seus delictos e fazendo se certo que os negros que foram achados em semelhantes cazas estavam so/mente demorados pelos ditos vendeiros para lhes facilitar agoa ardente da terra em damno da saúde publica, e incommodo dos serviço de seus Senhores neste cazo seram castigados os ditos vendeiros com a pena de oito dias de prizão pela primeira vez e na repetição se hes duplicará segundo a re/incidência que tiverem entregando os negros a seus Senhores (APM – SC 50, fls. 90 a 97 v.).

Estudos publicados recentemente sobre o tema com recortes temporais e geográficos bastante próximos àquele que pesquisamos, desenvolvem argumentação que fornece a possibilidade de situar nosso trabalho dentro de um conjunto compreendido como uma tendência interpretativa da atual produção historiográfica brasileira sobre a escravidão. Produção representativa dessa perspectiva pode ser encontrada no texto de Júnia Ferreira Furtado:

⁷ Utilizamos as seguintes abreviaturas para identificar a localização da documentação aqui mencionada: APM para Arquivo Público Mineiro; SC para Seção Colonial. APM – SC 48, fl 32 v.

⁸ APM – SC 33, fls. 20 a 21 v.

⁹ APM – SC 25, fls. 40 e 41 v.

para se fazer uma análise das características e perspectivas da produção historiográfica sobre as Minas Gerais no período colonial, realizada nos últimos vinte e oito anos, torna-se necessário escolher um eixo norteador. Como exemplo, pode-se optar por arrolar a produção pelos diferentes recortes metodológicos, tentar perceber os temas escolhidos pelos historiadores, partir da tipologia das fontes empregadas ou ainda utilizar recortes geográficos locais ou regionais, tomando como eixo as vilas mineradoras ou as comarcas de que se compunha a capitania (...).O presente texto tentará fazer uma mescla dessas abordagens, analisando as várias perspectivas inovadoras, seja nos temas, nas fontes ou na metodologia, como também o processo de releitura das grandes temáticas da História de Minas Colonial em suas diversas dimensões espaciais a partir de 5 grandes eixos: 1) as relações de poder, as revoltas e as inconfidências; 2) a escravidão; 3) o universo da vida social e familiar; 4) a vida cotidiana e material; e, finalmente, 5) a cultura e a religiosidade (FURTADO: 2009, 5).

Sendo assim, ao observarmos o tópico 3 desse mesmo texto, intitulado *Negros como a noite: o mundo da escravidão*, constatamos como a produção historiográfica sobre a escravização dos negros nas Minas Gerais se conecta aos debates demonstrados nesse artigo. Diz a autora ao buscar referência em Resende e Villalta:

uma nova visão sobre a população escrava e de cor da capitania emergiu da historiografia sobre Minas Gerais recente, demolindo uma série de conceitos tradicionais sobre esse segmento da sociedade colonial. Os historiadores, perscrutando cada arraial minerador, como também procurando esmiuçar sua composição a partir de vertentes monográficas, revelaram uma sociedade heterogênea e múltipla, paradoxal em relação a uma administração, que procurava ser repressora e excludente, mas que nem sempre conseguia moldar essa sociedade conforme seu intento (RESENDE e VILLALTA, 2007).

De acordo com a historiografia brasileira sobre a escravidão, podemos dizer que existiram formas diferenciadas de se construir a relação senhor/escravo e acreditamos não ser possível utilizar este ou aquele termo como forma de se alcançar uma caracterização totalizante para as relações que se desdobraram no interior do sistema escravista colonial português. Mesmo porque, ao estudarmos os escravos, “não podemos, tão pouco, pensá-los como um bloco homogêneo apenas por serem escravos. As rivalidades africanas, as diferenças de origem, língua e religião – tudo o que os dividia não podia ser apagado pelo simples fato de viverem um calvário comum” (REIS, 1989:34).

Intentamos abrir o campo interpretativo, mencionando que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social construído da percepção de determinadas circunstâncias observadas pelos cativos, a partir das quais estes puderam reafirmar sua condição de agentes históricos.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo, USP, Tese de doutorado, 1999.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. In: *Anhembi*, nº 10, 433 – 90, 1953.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1958.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. Gorender põe etiqueta nos historiadores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24/11/1990. Caderno Letras, p. 9.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.
- CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison, 1969.
- FIGUEIREDO, Luciano R. de A. e CAMPOS, Maria Verônica. (org.) *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.1, p.37-154, 1999 (Coleção Mineiriana)
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FLORENTINO, Manolo. . Alforrias e Etnicidade no Rio de Janeiro Oitocentista (Notas de Pesquisa). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 9-40, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Historiografia Mineira: tendências e contrastes. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 20, p. 45-59, 1999.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*, Mariana, v. 2, p. 116-162, 2009.
- GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, n. 1, p. 67-93, 1996
- GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade. *A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia sobre Minas Gerais e as fontes primárias*. Belo Horizonte: UFMG, 1994. (Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação).
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos no século do ouro. In: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 1998, nº6, p. 15-46, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, Ícone, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares – Minas Gerais no século XVIII. In REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil*, p. 139-163, 1996.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão Européia, 1962.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão no Brasil: balanço historiográfico. *LPH-Revista de História*. Mariana, nº1, p.245-266, 1992.

LOURAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

MAESTRI, Mario. A Reabilitação Historiográfica da Ordem Escravista: Determinação, Autonomia, Totalidade e Parcialidade na História. In: XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética, 2009, Fortaleza, Ceará. Anais do Simpósio..

MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Natal (RN): Argos, 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PACIFICO FILHO, Miguel. Práticas sociais dos homens negros nas Minas Gerais da América portuguesa. São Paulo: UNESP, 2004.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: as estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

RAMOS, Donald. Marriage and the family in colonial Vila Rica. *Hispanic American Historical Review*, nº 55, (Maio de 75), pp. 200-225.

REIS, João José. Quilombos e Revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo. nº28, p. 95-116, 1989.

REIS, João José e Eduardo Silva (orgs.) *Negociação e Conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Liberdade por um fio- história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, José Carlos. Anos 1930: Gilberto Freyre. O re-elogio da colonização portuguesa. *Pós-História*. Assis/SP, v.6, 33-65, 1998.

RIBEIRO, João Luis Fragoso. Historiador revê o Brasil e ataca "xiitas" da USP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13/02/2006. Ilustrada, p. 4.

RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 2v.

RUSSELL-WOOD. A J R. A contribuição acadêmica norte-americana à historiografia do Brasil colonial. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n° 22, 2000, p. 7-41.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. Resistance and Accomodation in 18th Century Brazil: the Slaves' View of Slavery. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 57, n 1, 1977, pp. 80-101.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

STANLEY Engerman & GENOVESE, Eugene eds. *Race and slavery in the Western Hemisphere: qualitative Studies*. Princeton, 1975.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: the Negro in the Americas*. New York: Knopf, 1947.

Recebido em: 29/03/2010

Aprovado em: 12/09/2010